

3. O efeito de verossimilhança na tradução

A narrativa ficcional de cunho realista busca retratar a experiência humana, pessoas quaisquer da vida diária, nas suas circunstâncias históricas de seu tempo e como objetos de representação sérios, problemáticos e até trágicos – não somente cômico-grotescos. A busca pelo efeito do real, pela verossimilhança, cria uma vinculação com o leitor. Como vimos no capítulo anterior, uma das formas de reforçar o efeito do real é mesclar a narrativa com diálogos pronunciados pelos próprios personagens da ficção. As falas das personagens, portanto, são essenciais para a caracterização e podem definir seu perfil de acordo com a etnia, grupo social, nível socioeconômico, gênero ou faixa etária. Para isso, o autor precisa levar para a escrita algumas das características da oralidade, criando um efeito verossímil de fala coloquial real.

No presente capítulo partiremos da visão ilusionista do tradutólogo Jiří Levý (2011), para quem a tradução, da mesma forma que a narrativa ficcional realista, tem basicamente uma meta representativa. Segundo o conceito teleológico de tradução de Levý, ela tem a finalidade de servir como um processo de comunicação, cujo objetivo é partilhar o conhecimento do original com o leitor estrangeiro. A partir do exercício de sua tarefa, o tradutor, mediante um processo de tomada de decisões, pode adotar duas abordagens diferentes: a ilusionista, em que o tradutor tem o objetivo de despertar no leitor a ilusão de que está lendo o original, e a anti-ilusionista, em que o tradutor só pretende comentar o original.

Na segunda parte do capítulo, veremos quais são as estratégias que o tradutor pode seguir para criar a ilusão de verossimilhança – em relação ao original, mas também em relação à realidade do leitor da tradução – na hora de traduzir a oralidade com variação linguística (registro coloquial, dialeto social estigmatizado, dialeto geográfico) dos diálogos literários.

3.1

Tradução ilusionista

Os estudos contemporâneos de tradução resgataram o pensamento do tradutólogo tcheco Jiří Levý (1926–1967), que por razões políticas, culturais e linguísticas¹² havia sido ignorado durante décadas. Estudiosos como Mary Snell-Hornby (2006) e Miguel Ángel Vega Cernuda (2012) apontam o papel pioneiro e vanguardista das teorias de Levý, não só cronologicamente, mas também do ponto de vista qualitativo. Para Snell-Hornby, com a sua grande obra *The Art of Translation* ([1963] 2011),

que já conseguiu fazer a ponte entre teoria e prática, que discutiu tanto métodos lingüísticos quanto literários e introduziu o objectivo da tradução como um factor decisivo (...), Levý foi além do papel de precursor e provou ser um dos pioneiros dos Estudos da Tradução modernos (SNELL-HORNBLY, 2006, p. 21-22).

Para a autora, a importância do pensamento de Levý é seu princípio holístico, a visão da função do texto dentro do sistema literário, e dentro do contexto cultural e histórico. Além disso, para Levý, os Estudos da Tradução deviam se concentrar na análise de traduções existentes, “tentando descobrir o potencial estético de soluções de tradução particulares e, sobretudo, para identificar os limites da sua aplicabilidade” (LEVÝ, 2011, p. 21). Ideias parecidas foram elaboradas posteriormente nos anos 1980, nas abordagens funcionalista e descritivista dos Estudos da Tradução, esta última baseada na teoria dos polissistemas de Even-Zohar ([1978] 2010).

Levý concebe a tradução como uma forma de arte em si mesma, “a expressão da individualidade criativa do tradutor”, que, por sua vez, está vinculada a um tempo e uma cultura determinados (2011, p. 14). A partir de sua concepção de tradução, Levý estabelece dois métodos de tradução: o *ilusionismo* e o *anti-ilusionismo*. No primeiro método, “o tradutor ilusionista oculta-se atrás do original”, como se estivesse apresentando o texto diretamente ao leitor – em vez de ser um intermediário –, criando a ilusão de que a tradução é, na verdade, o texto original. A ilusão só pode ser criada com a concordância do leitor: da mesma forma

¹² Cf. Vega Cernuda (2012).

que os leitores de um romance original sabem que estão lendo uma história ficcional, mas, mesmo assim, exigem que o romance cumpra determinadas regras de verossimilhança, os leitores de uma tradução também sabem que não estão lendo o original, mas exigem que a tradução mantenha as características do original (ibidem, p. 19-20).

Já no método do anti-ilusionismo, o tradutor abandona a ilusão tradutória se abstendo de imitar o texto original, revelando seu papel de intermediário e deixando claro que se trata de uma tradução, chegando a incluir até alusões pessoais e tópicos dirigidas intencionalmente ao leitor. Traduções desse tipo são raras, admite Levý, e podem até ser classificadas de paródias ou caricaturas. Para o autor, a grande maioria das traduções, que caracteriza de “normais”, são ilusionistas, já que elas têm basicamente uma meta representativa. Uma tradução anti-ilusionista seria para o autor, de fato, uma anti-tradução. Nas palavras de Britto,

uma tradução anti-ilusionista de uma dada obra estrangeira numa dada cultura só se torna possível quando a obra original já circulou de tal modo nessa cultura que o público está preparado para apreciar comentários e variações em torno dela. Mas de que outro modo uma obra estrangeira pode ter circulado previamente numa cultura senão por meio de traduções ilusionistas? (...) São as traduções propriamente ditas – ilusionistas – que vão levar ao público-alvo o autor traduzido, possibilitando que ele se torne indiretamente conhecido por aqueles que não são capazes de lê-lo no original (BRITTO, 2012b, p. 24).

Levý defende o ilusionismo na tradução, da mesma forma que acontece na literatura – porque tradução também é uma obra de arte, a meio caminho entre a criatividade e a reprodução: a tradução é uma reprodução artística, o processo de tradução é cheio de criatividade artística. Para o autor,

os métodos ilusionistas exigem que uma obra literária “pareça o original, pareça real”. Isso se manifesta claramente no teatro ilusionista, que desenha seus trajes e constrói seus cenários com uma *autenticidade* exigente. O romance é construído sobre a ilusão de onisciência do autor, apresentando a mensagem como uma lembrança objetiva da realidade, em que o autor não intervém (LÉVY, 2011, p. 19, grifo meu).

O ilusionismo é, portanto, uma estratégia tradutória que tem o objetivo de apresentar o original em uma língua estrangeira; para isso, precisa lograr um *efeito de verossimilhança*, precisa oferecer ao leitor a ilusão de estar lendo um texto que não é, de fato, o que ele está lendo. Como afirma Britto (2012b, p. 26),

“paradoxalmente, essa estratégia ilusionista tem por meta a autenticidade: ‘autenticidade’ como efeito de uma estratégia calculada, é claro, e não a coisa em si – pois o texto autêntico, o original, foi escrito num idioma ao qual o leitor não tem acesso”.

Mas Levý (2011, p. 20) insiste numa questão importante: a experiência dos leitores do original *não deve ser idêntica* à experiência dos leitores da tradução. Para o autor, o que deve ser idêntico é a *função* nos respectivos marcos histórico-culturais a que pertencem os leitores. Essa função que o tradutor atribuirá ao seu texto na língua e cultura de chegada faz parte das escolhas que precisa fazer durante o processo de tradução. Para Levý, as escolhas não se restringem só a palavras ou segmentos textuais, mas também dizem respeito à maneira como será realizada a tradução. O tradutor pode optar por se arriscar e trazer novos usos para a sua língua, ou pode preservar-se e reproduzir o que já é estabelecido pela tradição tradutória, ou normas subjacentes¹³.

A possibilidade de uma tradução não depende unicamente da maturidade do método tradutório, mas também da maturidade do leitor. Uma tradução perfeita exigiria não apenas um tradutor ideal, mas também um leitor ideal. O tradutor pode efetuar uma ampliação do conhecimento da cultura estrangeira no leitor e, desse modo, conseguir aplainar o caminho para outros intérpretes dessa cultura, fazendo com que esses possam contar com um leitor melhor informado¹⁴ (LEVÝ, 2011, p. 71).

Essa abertura a múltiplas escolhas na tradução confere ao tradutor certa liberdade autoral. Da mesma forma, e adiantando-se também ao pensamento pós-estruturalista, para Levý as escolhas do tradutor refletem a interpretação que ele fez do texto de partida, que será a que chegará aos leitores da tradução. Mas, segundo o autor, o processo de tradução – e de interpretação – não termina na criação da tradução: aquele texto produzirá algum efeito na sociedade de chegada, os leitores da tradução também realizarão sua própria interpretação da obra. Por esse motivo, na hora de traduzir, o tradutor deveria pensar no público-alvo da tradução. Sobre esta questão, diz Snell-Hornby:

O processo de recepção “normalmente” termina com a reconstrução da obra literária na mente do leitor. Mas o tradutor difere do “leitor normal” visto que

¹³ Levý trata a questão das normas de maneira parecida a como Gideon Toury o faria uns anos depois no contexto dos estudos descritivistas da tradução.

¹⁴ Tradução de Neckel (2012).

deve formar uma ideia da obra e colocá-la em palavras para um outro leitor, e da mesma maneira que o original a tradução somente tem relevância social quando é, dito propriamente, lida. [...] E isso quer dizer, como viria a ser ressaltado pela abordagem funcionalista nos anos 80, que o tradutor tem de trabalhar com os leitores em mente, e antecipar como seu texto poderá ser visualizado por eles¹⁵ (SNELL-HORNBY, 2006, p.23).

Assim, as soluções tradutórias podem variar dependendo do tradutor e do momento histórico-cultural no qual está inserido, mas também do público-alvo da tradução e seu momento histórico-cultural. Na sua teoria de tradução ilusionista, Levý não busca estabelecer uma tradução normativa e ótima, única e ideal; para ele,

o trabalho efetivo da tradução, no entanto, é pragmático: o tradutor decide por aquela solução, dentre as possíveis, que promete um máximo de efeito com um mínimo de esforço. Quer dizer, ele decide intuitivamente pelo uso da assim chamada ESTRATÉGIA MINI-MAX (LEVÝ, 2012, p. 90, grifos do autor).

O tradutólogo ítalo-americano Lawrence Venuti (1995, 2002, 2004, 2013) compartilha em muitos pontos a visão de Levý, mas se distancia precisamente no entendimento do efeito ilusório que a tradução exerce no leitor. Venuti, devido a sua clara agenda política de desvelar as desigualdades de poder que se fazem presentes na tradução, defende um projeto de tradução minorizante, no qual estuda a tradução das obras consideradas minoritárias na sociedade norte-americana, textos estrangeiros “que possuem *status* de minoridade em suas culturas, uma posição marginal em seus cânones nativos – ou que, em tradução, possam ser úteis na minorização do dialeto-padrão e das formas culturais dominantes no inglês” (2002, p.26). O objetivo do autor é, a partir da abertura ao “outro” estrangeiro, conter o narcisismo cultural que, segundo ele, os Estados Unidos sofrem.

Venuti denuncia que na cultura americana existe a tendência a tornar os tradutores invisíveis: a maioria das editoras, críticos e leitores dos EUA consideram que uma tradução é aceitável se é possível ser lida fluentemente; quando produz no leitor o efeito ilusório de não estar lendo uma tradução, mas um texto escrito originariamente em inglês. Segundo o autor, uma tradução “fluente” é

aquela que utiliza um inglês atual (“moderno”) em vez de arcaico, que seja amplamente utilizado, em vez de especializado (“jargão”), e que seja padrão em vez de coloquial (“cheio de gírias”) [...] é imediatamente reconhecível e inteligível, “familiarizada”, domesticada, não “desconcertantemente”

¹⁵ Tradução de Neckel (2012).

estrangeira, capaz de dar ao leitor “acesso desobstruído a grandes pensamentos”, ao que está “presente no original” (VENUTI, 1995, p. 4-5).

Para o autor, a consequência do encobrimento da intervenção crucial do tradutor é sua invisibilidade, que repercute na sua má situação econômica e social. Por outro lado, Venuti vincula essa invisibilidade ao método de tradução que ele denomina de domesticação, que consiste em “uma redução etnocêntrica do texto estrangeiro aos valores culturais da língua de chegada” (1995, p. 20). Para o autor, ao acostumar os leitores de língua inglesa a esse tipo de traduções, a cultura americana torna-se a cada dia mais narcisista em relação a sua própria cultura e menos receptiva aos valores estrangeiros, e existe o perigo de que acabe não aceitando traços exóticos ou diferentes nas traduções. Essa redução do estrangeiro é realizada mediante o uso de estruturas sintáticas, palavras e convenções familiares aos leitores e, por esse motivo, produz neles um efeito de transparência. Portanto, segundo o autor, seriam textos adaptados às normas e costumes da língua de chegada, que não deixariam entrever as características do original.

Venuti, então, defende o método de tradução chamado de estrangeirização, que consiste em escolher um texto estrangeiro e desenvolver um método de tradução que não permita que seus traços característicos sejam excluídos pelos valores culturais dominantes na língua de chegada. Portanto, as traduções estrangeirizantes constituem, segundo o autor, um meio para promover a diversidade cultural e para desafiar o inglês padrão. Nas palavras de Martins (2010, p. 67),

Venuti também se refere ao método estrangeirizante como uma estratégia de “resistência”, por ser um estilo de tradução que foge à fluência e cria distanciamento, com vistas a tornar visível a presença do tradutor ao ressaltar a identidade estrangeira do texto-fonte e resguardá-la da dominação ideológica da cultura receptora.

Venuti compartilha com Levý a visão de que o tradutor também é um artista, cheio de recursos estilísticos e cujo trabalho é um processo de tomada de decisões:

Devemos ver o tradutor como um tipo especial de escritor, que possui não uma originalidade que concorre contra a do autor estrangeiro, mas uma arte da mímica, auxiliada por um repertório estilístico que bate nos recursos literários da língua de chegada. Uma tradução comunica não tanto o texto estrangeiro como a

interpretação do tradutor, e o tradutor deve ser suficientemente esperto e inovador para interpretar as diferenças linguísticas e culturais que constituem esse texto (VENUTI, 2004, p. 4).

Compartilha também a ideia de que o tradutor escreve para o leitor inserido num determinado contexto histórico-cultural, que tem acesso à interpretação que o tradutor faz do original. Para Venuti (2004, p. 1), o leitor também influi na tomada de decisões: “O tradutor [...] reescreve o original para atrair outra audiência em uma língua e cultura diferentes, muitas vezes em um período diferente. Esse público, em última análise, tem prioridade”.

Mas para o autor, o público majoritário não está suficientemente bem treinado para ler uma tradução, não tem a suficiente “maturidade” que menciona Levý – e da qual depende também a possibilidade de uma tradução. Este público não quer ter que fazer nenhum esforço, quer um texto fluente e fácil de ler, e é isso o que as editoras – cujo principal objetivo é vender – dão a ele: “Editoras, editores de texto, revisores têm nos treinado, com efeito, para valorizar traduções com maior fluência, uma leitura fácil que faça com que pareçam que não estejam traduzidas, dando a impressão ilusória de que estamos lendo o original” (2004, p. 1).

Com estas afirmações, Venuti está igualando o efeito ilusório de que o leitor da tradução está lendo o original com o fato de o texto ser fluente, fácil de ler e estar escrito na língua padrão. Neste ponto, os dois autores diferem de maneira drástica. Se, por um lado, Levý considera o ilusionismo uma estratégia tradutória de autenticidade, em que a tradução mantém as características do original de tal maneira que pode ser considerada seu correspondente em uma outra língua, Venuti entende o ilusionismo não como a manutenção das características do original, mas com a pasteurização ou eliminação qualquer tipo de estranheza ou dificuldade que possa atrapalhar a impressão de que o leitor está lendo uma obra original. Nesta estratégia ilusionista, então, o tradutor não estaria buscando o máximo efeito (estratégia mini-max); pelo contrário: segundo Venuti, estaria buscando o mínimo efeito.

Este efeito ilusório, longe de mostrar o trabalho do tradutor, para Venuti, transforma o tradutor em uma figura *invisível* aos olhos do leitor comum. Para o americano, o tradutor só fica visível quando deixa o texto menos fluente, quando

opta por estratégias desviantes da língua padrão, “a forma linguística mais usada na tradução”:

A mão do tradutor se torna visível em desvios das formas mais usadas da língua de tradução. Dialeto sociais e regionais, gírias e palavrões, arcaísmos e neologismos, jargões e empréstimos tendem a ser específicos de um idioma, a sua força peculiar dificulta sua tradução para outras línguas. Assim, eles mostram o trabalho do tradutor, implementando uma estratégia para trazer o texto estrangeiro para uma cultura diferente (VENUTI, 2004, p. 1).

Falando especificamente da variação linguística, assunto importante em nossa pesquisa, não resta dúvida de que seu uso na tradução evidencia a presença do tradutor no texto, o trabalho de transformação realizado, o esforço de tentar simular, imitar, substituir, adaptar as variantes sociais, regionais ou temporais próprias do texto original. Mas, na concepção de Levý, precisamente o uso da variação linguística seria uma maneira de criar o efeito de verossimilhança, de ilusionismo, de autenticar a tradução como o correspondente ao original.

No projeto minorizante e de resistência de Venuti (1996, p. 91), o autor vê a variação linguística como um subconjunto de formas menores, heterogêneas, que constantemente subvertem uma forma maior, a língua padrão homogênea e dominante, e atrapalham a criação de normas sistemáticas. Alguns textos literários aumentam a heterogeneidade da língua, submetendo a forma linguística majoritária e forçando-a a ser menor, “expondo as condições contraditórias do dialeto padrão, o cânone literário, a cultura dominante, a principal cultura” (ibidem, p. 92). Para o autor, que concorda com Deleuze e Guattari (1987), estas obras literárias também são minoritárias, de autores estrangeiros na sua própria língua materna.

A língua padrão seria, então, a forma de língua doméstica; o estrangeiro, o estranho à língua padrão, seriam as variações, as formas subpadrão, marginais, estigmatizadas. E, segundo o autor, uma boa tradução seria aquela que é estrangeirizadora e minorizante, que “libera as formas minoritárias, que cultiva o discurso heterogêneo, que facilita a entrada no dialeto padrão e nos cânones literários o que lhes é estranho, as formas subpadrão e marginais” (VENUTI, 1996, p. 93).

Essas estratégias minorizantes seriam, portanto, experimentais, ficariam longe do *mainstream*, chegando só a um público reduzido, uma elite culta capaz de

degustar uma estética refinada. Por outro lado, segundo o autor, a função comunicativa da linguagem é enfatizada por uma estética popular,

que demanda que a forma literária não só seja imediatamente inteligível – o que não requereria nenhum conhecimento cultural especial –, mas também *transparente, realista* o bastante para convidar o leitor a vivenciar a história de maneira indireta. (...) A estética popular exige traduções fluentes que produzem o *efeito ilusório da transparência*, e isso significa aderir à língua padrão e evitar qualquer dialeto, registro ou estilo em que as palavras chamem a atenção e, portanto, *impeça a identificação* do leitor. Como resultado, uma tradução fluente pode permitir que um texto estrangeiro atraia um público leitor massivo (ibidem, p. 94, grifos meus).

Levando em consideração que Venuti fala do ponto de vista de uma cultura hegemônica, podemos observar: 1) que o autor equipara a função comunicativa da tradução com a comunicação para massas – incultas; 2) que é visando as massas incultas que o tradutor traduz para a língua padrão; 3) que é pelo fato da tradução estar em língua padrão que ela é “realista” e 4) que é pelo fato da tradução estar em língua padrão que o leitor acredita no efeito ilusório da tradução.

O papel de divulgador de cultura e literatura que exerce a tradução vai muito além das massas populares: autores como Even-Zohar ([1978] 2010) e Lefevere (1985, 1992) já constataram a influência que a tradução pode produzir num sistema cultural receptor, a ponto de modificar o sistema literário local (canônico e não canônico) ou dar extensa sobrevida a determinadas obras canônicas¹⁶. Em segundo lugar, se o grande público busca ou prefere a língua padrão na tradução, significa que está acostumado a ler em língua padrão *no original*. Portanto, o problema se encontraria já no sistema receptor, *antes* da chegada da tradução (cf. PYM, 2000, p. 74). O problema se encontraria na maturidade do leitor *de originais*. Venuti denuncia uma divisão no público leitor: uma elite pequena e refinada e uma grande massa de gostos “populares” e, certamente, as editoras podem visar o grande público para vender seus livros, tanto originais quanto traduções. Caberia perguntar, então, o que faz que o grande público

¹⁶ Even-Zohar estuda o papel da literatura traduzida no sistema da cultura receptora a partir da Teoria dos Polissistemas, na qual considera a cultura como um sistema múltiplo composto de várias redes simultâneas de relações (subsistemas), que são interdependentes e estão estratificados hierarquicamente em função das relações dos seus elementos. Partindo desta teoria, Lefevere estuda a inter-relação e influência recíproca entre o sistema literário e o sistema social, que operam sob um mecanismo de controle constituído por dois fatores: um interno, os rescritores, e o outro externo, a patronagem. Esta influência, porém, varia em grande medida dependendo do tipo de relação entre os sistemas culturais: pode ser de igualdade, mas também de domínio de uma sobre a outra, especialmente em casos de culturas periféricas ou minoritárias.

tenha gostos “populares”. Seria, talvez, um problema que deriva de uma *literatura autóctone* que alimenta a tendência à normalização linguística, em que os escritores, *grosso modo*, rejeitam o uso da variação linguística em suas obras, o que provoca que o público não esteja acostumado a encontrá-la e contribui a criar, portanto, determinadas expectativas linguísticas? Seria, talvez, uma questão de a própria cultura receptora não ter uma ampla variação linguística reconhecida e aceita, de ser uma comunidade monolíngue sem variantes marcadas?

O projeto de resistência de Venuti pode ter o objetivo de alertar os tradutores para não compactuar com a tendência normalizadora da cultura de chegada, neste caso uma cultura hegemônica que pouco se deixa influir pela literatura traduzida. O projeto de resistência de Venuti pode ter o objetivo de educar o leitor da cultura receptora, da mesma forma que propunha Levý (2011, p. 71): “O tradutor pode efetuar uma ampliação do conhecimento da cultura estrangeira no leitor e, desse modo, conseguir aplainar o caminho para outros intérpretes dessa cultura, fazendo com que esses possam contar com um leitor melhor informado”. Mas a dúvida que resta é: a adoção da língua padrão é realmente o que cria o efeito ilusório, realista, de verossimilhança? Se os personagens de uma narrativa de ficção na língua original usam um registro coloquial, ou um dialeto regional, precisamente para dar mais realismo, entende-se que o fato desses personagens usarem a língua padrão poderia amenizar o realismo ou a autenticidade da obra ou da caracterização – como já foi mencionado no capítulo anterior. E a tradução, para corresponder ao original, não deveria nesse caso tentar reproduzir a variação linguística para, de fato, criar o efeito ilusionista de que o leitor da tradução está lendo o original? A adoção da língua padrão não poderia gerar, também, a rejeição por parte do leitor da tradução?

A tradução literária “visa recriar em outro idioma um texto literário de tal modo que sua literariedade seja, na medida do possível, preservada” (BRITTO, 2012, p. 47). Na medida do possível porque a recriação completa é impossível – a empresa do fictício tradutor Pierre Menard de Borges revelou-se inalcançável¹⁷ –, mas nada impede que tentemos nos aproximar. Segundo Britto, o tradutor literário precisa relativizar essa meta de fidelidade absoluta ao original e selecionar algumas

¹⁷ Cf. Borges (1984).

das características do texto, hierarquizá-las e concentrar-se nos itens que ocupam o topo da hierarquia. Para isso, o tradutor deve se fazer duas perguntas:

A primeira é: quais as características mais importantes do texto, que *devo tentar* recriar de algum modo? E a segunda: quais as características do texto original que *podem* de algum modo ser recriadas? Assim, ao ler o original a ser traduzido, o tradutor faz uma avaliação criteriosa dos elementos do original que *têm* que ser reconstruídos, aqueles cuja perda seria catastrófica, a ponto de invalidar o trabalho de tradução; ao mesmo tempo, ele é obrigado a considerar, de modo realista, quais desses elementos *podem* de fato ser recriados – ou, mais exatamente, quais ele se sente capaz de recriar. É essa avaliação que vai balizar todo seu trabalho (BRITTO, 2012, p. 50, grifos do autor).

Nesse sentido, se a variação linguística é uma das características importantes do texto original, ela deveria ser um dos itens em que o tradutor deveria se concentrar. A questão é se *pode* ser reproduzida sempre na tradução, e de que maneira. Britto (ibidem, p. 90) aponta que algumas estratégias podem causar uma estranheza excessiva e afastar o texto demasiadamente da expectativa do leitor. Nesse caso, o efeito de oralidade, de verossimilhança, seria destruído. Nesse ponto, o autor concorda com Levý na importância da maturidade do leitor para que uma determinada tradução seja possível. Mas isso não significa que toda e qualquer variação linguística cause estranheza no leitor e, nesse caso, o efeito de ilusão será mantido.

O tradutor, portanto, em seu processo de tomada de decisões, deve ter em mente o momento histórico-cultural em que o público-alvo da sua tradução está inserido e de que maneira vai receber a tradução para escolher que estratégia de tradução de variação linguística vai seguir para poder manter o efeito de verossimilhança, de oralidade, e fazer acreditar ao leitor que está lendo uma obra que corresponde ao original. A seguir, vamos ver alguns dos caminhos propostos por alguns autores.

3.2

A tradução ilusionista da variação linguística

A presença da variação linguística em um texto não é casual, ela costuma ter uma função determinada. Se o autor do original escolheu uma linguagem determinada para produzir, pelo menos, parte do texto, parece necessário que ela seja reproduzida também na tradução. Ou, no mínimo, haverá a necessidade de

levantar o problema de uma possível correspondência na língua e no contexto da cultura de chegada.

O linguista inglês Christian Mair, em seu artigo *A methodological framework for research on the use of nonstandard language in fiction* (1992), analisa o uso e a função da variação linguística na literatura, do ponto de vista estilístico e sociolinguístico. O autor identifica três dimensões funcionais que devem ser levadas em consideração na hora de analisar textos ficcionais em que a variação linguística é usada como recurso estilístico:

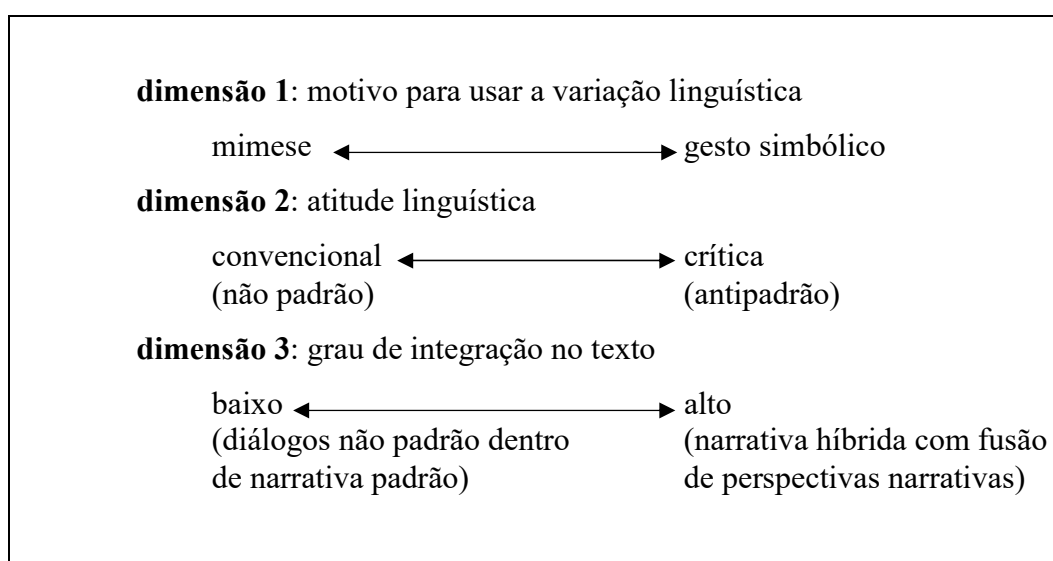


Fig. 6: Dimensões funcionais da variação linguística em textos ficcionais (MAIR, 1992, p. 122)

Em relação à primeira dimensão, o autor destaca que a variação linguística pode ter uma função mimética ou simbólica. Por mimética, entende-se a reprodução da oralidade na escrita, com o objetivo de imitar a maneira de falar de determinadas pessoas, de determinada classe e região, como se o escritor fosse um sociólogo que quisesse pesquisar a realidade representada. Este costuma ser o objetivo de escritores realistas e naturalistas.

Por outro lado, o autor pode querer evocar determinada forma de falar e transformá-la num gesto simbólico. O escritor pode querer, mediante uma fala diferenciada, criar uma dissociação do personagem em relação à uma maioria social. Segundo o autor, estas duas funções são dois extremos de um *continuum*, quer dizer, que uma mesma obra pode ter mais ou menos intenções miméticas e mais ou menos simbólicas.

Quanto à segunda dimensão, a variação linguística pode ser o reflexo de uma atitude frente a sociedade: o autor pode querer simplesmente descrever um modo de falar e as convenções sociolinguísticas, ou pode querer denunciar uma realidade, uma condição social, etc.

E, finalmente, quanto à terceira dimensão, o uso da variação linguística em relação ao conjunto da obra, a situação prototípica é que a variação apareça nos diálogos, onde tem o papel de mostrar as características sociais ou regionais dos personagens. No outro extremo, teríamos a variação usada na narrativa em terceira pessoa e a língua padrão apareceria somente em diálogos de personagens externos à comunidade. O autor destaca que entre os dois extremos encontra-se uma ampla gama de variedades.

Mair considera que uma decisão na primeira dimensão pode determinar outras escolhas na segunda e na terceira, ainda que as inter-relações não sejam absolutas.

Além da função, outra questão importante a ser considerada do ponto de vista tradutológico é a presença de uma ou mais variedades em um texto. Em relação às variantes de uso, o autor Josep Marco (2002) afirma que podemos encontrar alternância constante de registros, dependendo da modalidade (texto escrito para ser lido ou texto escrito para ser falado), da relação entre os interlocutores ou do campo de atividade:

por exemplo, em relação ao modo [oral ou escrito], em um romance um trecho narrativo tem a finalidade de ser lido, sem mais, enquanto que um diálogo foi escrito para ser lido como se fosse falado. Em relação ao teor [relação entre os interlocutores], as relações de poder, a familiaridade ou envolvimento emocional estabelecidos entre o narrador e o leitor podem ser muito diferentes e variam quando os participantes não sejam o narrador e o leitor, mas dois personagens fictícios. Com relação ao campo, o leque de possibilidades se expande ilimitadamente, já que o texto literário, em um esforço para capturar diferentes aspectos da experiência humana, pode recorrer a campos muito diferentes, tanto cotidianos quanto especializados (MARCO, 2002, p. 73).

Considerando a variação linguística relacionada com o usuário (geográfica e social), uma obra pode ser *monodialetal* – quando o texto inteiro está escrito num só dialeto –, *parcialmente monodialetal* – quando, junto à língua padrão, aparece um só dialeto de maneira parcial, para caracterizar um ou vários personagens – e

polidialeto – quando aparecem vários dialetos de maneira parcial ao longo do texto (HURTADO, 2008, p. 590).

Já o tradutor e tradutólogo Josep Julià (1995) distingue seis níveis de uso da variação geográfica em uma obra: a) um dialeto marca um personagem; b) o mesmo dialeto marca mais de um personagem; c) vários dialetos marcam vários personagens; d) vários dialetos marcam um personagem; e) um dialeto entra na voz narrativa e f) mais de um dialeto entra na voz narrativa.

Frente a um texto caracterizado pela presença da variação linguística, o tradutor costuma se perguntar de que maneira pode respeitar uma linguagem marcada e que caminho ou estratégia deve adotar para reproduzi-la para o leitor da tradução. Por um lado, na obra original, precisa analisar a função da variação linguística, os diferentes tipos e em que medida se faz presente no texto. Por outro lado, na cultura de chegada, precisa analisar a recepção: as opções que lhe oferece o contexto e as reações que pode provocar no leitor.

No processo de tomada de decisões, o tradutor não realiza um ato neutro: por um lado, pode se ver na obrigação de acatar as exigências da cultura receptora; por outro, sua própria ideologia também pode influir no caminho que segue. Essa reflexão pode se manifestar em soluções tradutórias bem distintas e põe em evidência que não existe uma única maneira de traduzir e interpretar o texto original: os tradutólogos concordam em que a estratégia escolhida depende da finalidade da tradução e do contexto em que se realiza. A seguir, vamos analisar as diferentes soluções tradutórias que podem ser adotadas dependendo do tipo de variação linguística.

3.2.1 Tradução do registro

Para os tradutólogos, a tradução do registro, ou seja, o nível de língua relacionado com a situação comunicativa, é a mais simples, em comparação com a tradução dos dialetos geográficos e sociais. Autores como Hurtado (2008), Rabadán (2001), Hatim e Mason (1995) e Marco (2002) concordam em afirmar que o

tradutor deve reproduzir na língua e o contexto de chegada a formalidade ou informalidade do texto dependendo da atividade profissional ou função social, do meio de produção do discurso e da relação entre os interlocutores, optando, se for necessário, por marcas linguísticas diferentes das do original. A tradução, portanto, se adequará aos recursos e convenções da língua e da cultura de chegada.

A principal dificuldade na tradução do registro é, como vimos no capítulo anterior, a reprodução do registro coloquial na língua de chegada, especialmente nos diálogos dos personagens nos textos ficcionais. O tradutor precisa dominar a linguagem a ponto de saber selecionar alguns elementos da imediatez comunicativa da língua de chegada – que não são necessariamente os mesmos elementos que aparecem nos diálogos ficcionais do original, na língua de partida – e combiná-los com outros elementos da distância comunicativa para poder criar um texto que evoque a coloquialidade conversacional sem provocar a rejeição do leitor.

3.2.2

Tradução dos dialetos sociais

Com relação à variedade social, usada para caracterizar personagens, as propostas teóricas também parecem coincidir. Segundo Hurtado (2008) e Rabadán (1991), em todas as culturas existe estratificação social e, portanto, todas as línguas possuem traços diferenciados segundo a classe social do falante.

As variantes sociais podem ser traduzidas (mais ou menos) sempre que os contextos situacionais e a organização social sejam relativamente comparáveis em ambos polissistemas. O grau de equivalência potencial que possa se atingir no texto de chegada dependerá do nível de comparação social (RABADÁN, 1991, p. 115).

No entanto, Rabadán adverte que a tradução de dialetos sociais pode ser tão perigosa quanto a dos dialetos regionais. Por um lado, porque há a possibilidade de não encontrar um dialeto equivalente na língua de chegada; por outro, os textos literários costumam conter variedades que, a princípio, são apresentadas como sociais, mas apresentam também características próprias de uma área geográfica e,

portanto, para a autora, “esse tipo de transposição não é satisfatória nem aceitável” (ibidem, p. 82).

Para a autora, o critério que deve guiar a busca de equivalências num texto é aceitabilidade do receptor da tradução. Portanto, o tradutor deve levar em consideração parâmetros socioculturais que definem o receptor do texto, como idade, sexo, religião, etc. A partir da análise desses parâmetros e sua incidência na sociedade receptora, o tradutor poderá selecionar a variedade aceitável para o leitor da tradução.

3.2.3 Tradução dos dialetos geográficos

A variação diatópica ou geográfica é constantemente discutida, já que os teóricos não conseguiram ainda proporcionar uma resposta unânime e satisfatória ao problema. Segundo o tradutor Miguel Sáenz (2000), “traduzir um dialeto não é um problema sem solução, é algo pior: um problema com muitas soluções, todas elas insatisfatórias”. Para reproduzir as diferentes opções apresentadas por autores ao longo do tempo, apresentaremos o modelo definido por Josep Marco (2002), já que, em nossa opinião, reúne, por meio de um percurso com diferentes encruzilhadas, os diferentes caminhos que um tradutor pode seguir ao se deparar com um texto com dialetos geográficos. As opções tradutórias vão desde as mais conservadoras até as mais arrojadas, e o autor aponta as vantagens e os inconvenientes de cada uma delas.

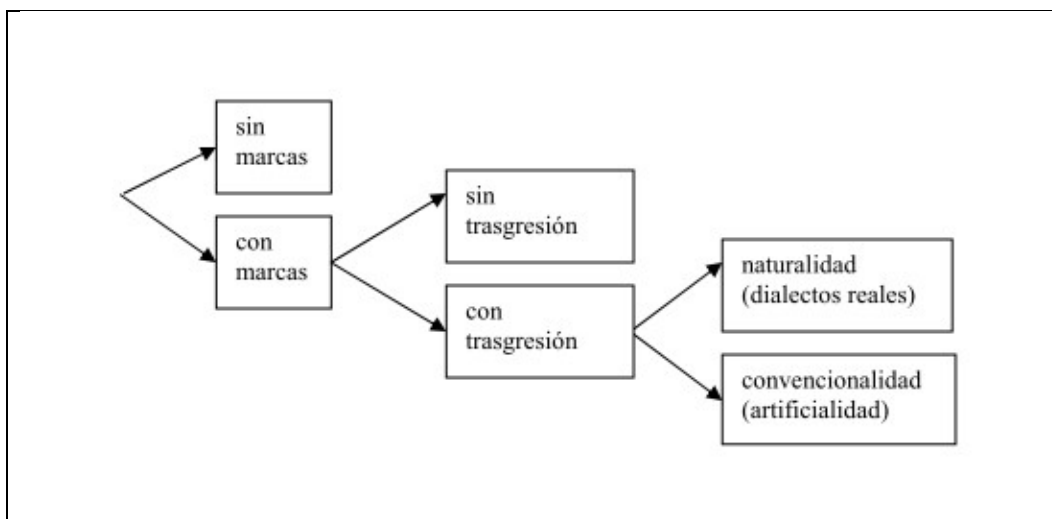


Fig. 7: Modelo de soluções tradutórias para textos com dialetos geográficos (MARCO, 2002)

A primeira encruzilhada do esquema refere-se à possibilidade de neutralizar ou não o dialeto geográfico. Se o tradutor optar por apagar as marcas regionais do original, o texto seria reproduzido na tradução na língua padrão, podendo se valer do recurso de acrescentar comentários do narrador, do tipo “disse em dialeto”, ou inserir notas de rodapé para explicar a especificidade do texto original.

Essa opção é talvez a que mais frequentemente usam os tradutores, é uma solução segura, mas pode “simplificar” ou “desvirtuar” o original. A escolha depende da função do dialeto no original e sua contribuição ao significado global do texto. A tensão entre neutralizar a variação geográfica ou não acarreta fortes implicações ideológicas e estilísticas, que incluem a eliminação ou o acréscimo de significados com relação ao texto original: se, por um lado, a normalização reduz a riqueza do original e pode fazer desaparecer sua razão de ser – a construção de identidades –, a opção de traduzir o dialeto por outra linguagem marcada pode levar a produzir misturas pouco críveis, que acrescentem novos referentes que não existiam no original.

Em relação ao polissistema, em culturas periféricas receptoras de grandes volumes de traduções, a normalização nos textos traduzidos poderia fomentar a supressão da variação linguística nos originais. Em contrapartida, a possibilidade de traduzir com uma linguagem marcada pode induzir ao enriquecimento da língua receptora e a uma melhor compreensão por parte dos leitores. Na seção anterior, já

comentamos o projeto de resistência de Venuti, que visa, precisamente, evitar a neutralização da variação linguística por razões políticas.

Rabadán (1991) defende a normalização da variação geográfica como o recurso mais aceitável na cultura receptora. A autora considera que sua tradução é inviável, porque, quando se introduzem equivalentes funcionais, o grau de aceitabilidade do receptor diminui consideravelmente. Para ela, a tradução de dialetos geográficos é uma das limitações da equivalência tradutória.

No outro extremo da disjuntiva, a maioria dos estudos que rejeitam a opção de recorrer à língua padrão baseiam-se no respeito à razão de ser do original: se o tradutor não quer trair o original, precisa se arriscar, pesquisar e tentar conseguir uma linguagem marcada que reproduza suas características. E chega, então, à segunda encruzilhada, que o faz escolher entre usar uma linguagem convencional ou uma transgressora. Se decidir pelo primeiro caminho, o tradutor adotará uma fala informal, mas respeitando a norma linguística. Um exemplo seria traduzir um dialeto regional por um registro coloquial, que é outra das opções mais populares entre os tradutores. Esta opção só é viável se o texto contém uma única variante regional, ou se se aplica somente a uma das variantes do texto, e as outras permanecem na língua padrão.

Por outro lado, a opção de traduzir o dialeto geográfico com uma linguagem transgressora significa aceitar a ideia de desrespeitar a norma no âmbito ortográfico, gramatical e lexical. Então, Marco apresenta uma nova encruzilhada, que supõe escolher entre um dialeto geográfico natural, real, ou a criação de um dialeto artificial. O principal perigo dessa última opção é a falta de autenticidade devido ao uso de características estereotipadas nas quais nenhum leitor consiga se identificar; por outro lado, a opção do dialeto real pode acarretar uma excessiva naturalização linguística e cultural do texto original e, por esse motivo, a maioria dos tradutólogos a rejeitam. Precisamente, fazem referência ao efeito de verossimilhança – à falta dele – ou ressaltam as diferentes conotações e funções que desempenham os dialetos e a língua padrão em cada comunidade linguística.

Na contramão, Julià (1995) é um ferrenho defensor da tradução do dialeto geográfico por outro dialeto geográfico natural. O autor destaca que as diferenças entre os vários sistemas linguísticos não dizem respeito somente à relação entre língua e dialeto, mas a todos os âmbitos da língua, e que a tradução de um dialeto por uma língua padrão também não resultaria equivalente. Quanto ao problema da

falta de verossimilhança, o autor aponta que ela pode acontecer até quando traduzimos de uma língua padrão para outra língua padrão, mas que nesses casos os teóricos recorrem ao argumento do pacto de ficção com o leitor. Julià rebate o argumento afirmando que toda tradução literária se baseia numa ficção, no efeito de ilusão, já que todos assumimos que um bando de personagens estrangeiros fala a nossa língua materna. Nesse sentido, segundo o autor, também poderíamos assumir que os mesmos personagens falem algum tipo de dialeto.

Julià reconhece que na tradução de variações geográficas também influem outros fatores: a) o fato de algumas culturas possuir uma gama de dialetos regionais não estigmatizados –o autor dá o exemplo do catalão –, enquanto outras podem ter variantes estigmatizadas ou ter bem menos dialetos geográficos; b) a falta de tradição dialetal na cultura de chegada e, portanto, a baixa aceitação entre os leitores; c) a baixa aceitação dessa possibilidade entre os teóricos da tradução, o que desestimula o tradutor; e d) a tendência das editoras a quererem traduções fluentes, embora o original seja de leitura difícil. Para o autor, as soluções intermediárias, como a tradução de um dialeto por um registro ou a criação de um dialeto artificial, são pouco verossímeis e insatisfatórias.

Para Marco (2002), não existe uma solução única e simples, já que os casos são muito diferentes entre si e cada um requer uma solução diferente. No entanto, a tradução da variação geográfica, segundo o autor, não é impossível.

É evidente que haverá perdas, mas, obviamente, uma perda parcial sempre será preferível a uma perda total [...]. Embora os valores semióticos que a cultura original associa com os dialetos não têm equivalência possível, pode-se reproduzir, com os meios de que dispõe a língua de chegada, a função estilística ou contribuição ao significado que, segundo a leitura que o tradutor faça, tinham os dialetos no texto original (MARCO, 2000, p. 86).

3.2.4

Considerações na hora de escolher a estratégia

Diante da função e da importância da variação linguística – registros, dialetos sociais e regionais – nos textos literários, somos da opinião que a tradução da variação linguística deveria começar a ser vista seriamente por tradutores e teóricos como uma opção viável. É óbvio que cada texto apresenta características

inerentes e que será necessário avaliar os contextos da cultura de partida e de chegada para encontrar a solução mais adequada e reduzir ao máximo a perda.

Em relação ao contexto de partida, é imprescindível determinar a função que exerce no texto cada tipo de variação linguística e sua importância no global da obra. Em relação ao contexto de chegada, será necessário levar em consideração tanto aspectos linguísticos como situacionais: a situação linguística da comunidade e o forte papel da patronagem são fundamentais na hora de decidir a estratégia que será seguida.

Sobre a situação linguística, na cultura receptora pode existir a presença de uma ampla gama de variedades linguísticas, reconhecidas e aceitas, o que facilitaria a realização e aceitação de traduções marcadas; por outro lado, a cultura receptora pode ser monolíngue, o que poderia tornar mais difícil a aceitação dos leitores de traduções com linguagem marcada. Também será necessário observar se a literatura autóctone tende à normalização linguística e os escritores evitam desviar-se da língua padrão; isso significaria que o público não estaria acostumado à variação já nos originais, e poderia contribuir a criar determinadas expectativas linguísticas também na tradução.

Além disso, é importante identificar o nível de prestígio do autor traduzido, já que é um fator determinante para as decisões editoriais. As editoras costumam aceitar soluções tradutórias mais inovadoras e arriscadas, como a tradução de um dialeto por outro, quando se trata de autores famosos e reconhecidos na cultura de chegada. Já com autores desconhecidos ou de menos prestígio, as editoras costumam preferir traduções mais normalizadas.

Finalmente, a relação existente entre duas culturas também pode determinar a estratégia de tradução. Pode haver uma relação de igualdade e respeito cultural, por serem as duas culturas hegemônicas ou periféricas, ou pode haver uma relação de desigualdade, de dominação de uma por parte da outra. Pode existir mais ou menos conhecimento recíproco, seja por proximidade geográfica ou por influência cultural e mediática: altos graus de conhecimento acarretarão traduções mais ricas linguisticamente e culturalmente, enquanto que o desconhecimento cultural poderá dificultar a tradução dos traços autóctones.

No capítulo a seguir, procederemos à análise dos diálogos ficcionais da obra *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, para identificar que tipo de variação linguística está presente na recriação da oralidade coloquial de personagens pertencentes a

determinada classe social e pertencente a determinada região da cidade do Rio de Janeiro, e que função exerce no conjunto da obra. Posteriormente, analisaremos a tradução para o espanhol de Mario Merlino para identificar quais foram os procedimentos usados para recriar a oralidade em espanhol e que estratégias usou para lidar com a variação linguística.